

Os vendedores de empréstimos

Barbosa Lima Sobrinho

Há poucos dias, fiz referências a um livro de Arthur Sampson, *Os Credores do Mundo*. Nele se comenta a história dos vendedores de empréstimos. "Tenho uma boa notícia para vocês", ouvi um entusiasta contacto dizer a um grupo de banqueiros americanos. "Acho que eles vão poder aceitar o seu dinheiro".

Era uma situação nova, no mundo dos capitais. O que era normal era a presença, não de vendedores, mas de tomadores de empréstimos, acotovelando-se nas ante-salas dos bancos, como delegados ou prepostos de governos, à cata de novos recursos que consideravam necessários, para a realização de obras planejadas ou tão-somente para cobrir déficits verificados nos respectivos orçamentos. Agora havia mudado tudo: eram os empréstimos que estavam sobrando, nos classificados do mundo.

De onde viera mudança tão radical, nas praças financeiras? Quando os empréstimos deixaram de ser solicitados para se tornarem oferecidos? A própria publicidade se alterara. Em vez dos "Precisa-se" dos aflitos, o sorriso jovial dos banqueiros, numa indagação cordial: será que você não está precisando de algum empréstimo? Tudo resultara, como estamos cansados de saber, do primeiro choque dos preços do petróleo. Na década de 1970, a cotação do petróleo passara de US\$ 1,75 a 2,10 em 1973, subindo em 1974 para US\$ 9,80. Em 1980 já andava em US\$ 28,00, para no ano imediato alcançar a sua maior cotação, US\$ 34,00, sob o domínio e a influência da poderosa OPEP, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. "Quando, informa Sampson, pela primeira vez o preço do produto duplicava, em outubro de 1971, e dois meses depois dobrou mais uma vez, a mudança ocorreu de modo tão súbito que, só depois de algum tempo, pôde ser compreendida. Os países da OPEP ganharam mais de 80 bilhões de dólares extra em suas exportações, sem terem, de imediato, como aplicar somas tão altas, em importações do momento." Era tanto dinheiro que, se assim o quisessem, poderiam comprar as maiores empresas americanas. Felizmente para os Estados Unidos, não houve ninguém pregando a conveniência dessa permuta, substituindo a privatização americana pela privatização árabe.

Nesse momento, havia tanto dinheiro, que estava jorrando pelo ladrão, numa imagem que suponho ninguém estranhara. Que fazer desse dinheiro, senão levá-lo para as caixas-fortes dos bancos? Os grandes bancos americanos, e britânicos, nas palavras de Symington, nunca recusaram os depósitos da OPEP. A riqueza do Oriente Médio como que se transferiu

para essas casas bancárias. Mas é claro que não podiam ficar imobilizados, pois que os depósitos rendiam juros que os bancos deviam pagar. Uma situação semelhante à que ocorrera no passado, com o Banco Medici, como recorda Sampson. Não havia tempo para selecionar devedores. A necessidade impunha empurrar o dinheiro para quem o solicitasse. Havia urgência de passar adiante a obrigação de pagar os juros dos depósitos, no interesse de quem, senão dos próprios depositários? Era um desses momentos em que o cadastro bancário se tornava inoportuno. O que interessava não era o crédito do tomador de empréstimos, mas a sua disposição de aceitar substituir os depositários no pagamento dos juros. Havia uma espécie de corrida para ver quem chegava mais depressa na transferência desse encargo. Será que houve alguém que se detivesse na especulação de saber se esses empréstimos teriam, mais tarde ou mais cedo, que ser restituídos? O resultado aí está: um Terceiro Mundo endividado, sem ter condições de pagar os empréstimos tomados no interesse dos depositários dos petrodólares. Por acaso o banco não é também um fiador dos empréstimos que realiza? Empréstou dinheiro alheio e está obrigado a restituí-lo. A leviandade com que agiu não o colocará na posição de um depositário infiel? Quem vai pagar o pato? O povo que não foi consultado, nem foi ouvido a respeito de empréstimos de que só tomou conhecimento no momento de seu resgate? E cujos lucros não chegaram ao seu alcance, mas foram distribuídos, por mão generosa, a outros beneficiários?

Verdade que os bancos não tinham certeza de que não houvesse nenhum risco. A prova estava no aumento do *spread*, destinado, exatamente, a cobrir os riscos da operação, e que concorria para aumentar o total das somas a restituir. E vale a pena recordar esses antecedentes, para contestar a arrogância dos bancos credores. É chegado o momento de analisar erros e imprudências cometidas, para abrir caminho a transigências inevitáveis. A hora é de entendimentos, e não de ultimatums arrogantes. Quem disse a eles que o Brasil teria condições de devolver empréstimos de mais de cem bilhões de dólares? E o que está acontecendo com o Brasil, ocorre, nas mesmas proporções, com o México, a Argentina, o Peru, e todos os outros países que podem ser considerados como vítimas dos petrodólares?

No momento da transferência dos empréstimos, os bancos, que não sabiam mais o que fazer com os depósitos de petrodólares, queimaram o seu cadastro e realizaram uma política de quem atira dinheiro pela janela. A situação aí está, com empréstimos que não podem ser pagos, queiram ou não os países devedores. Será que os astutos financistas nunca pensaram em que se caminhava para uma impossibilidade? Quando, também não adianta apurar culpas e medir responsabilidade. Tudo o que resta fazer é encontrar soluções. Também não é caso de falar em retaliações. A situação atual está acima delas. Se querem salvar alguma coisa, é chegado o momento dos acertos finais. Onde estará agora aquele contacto que tinha uma boa notícia para banqueiros que procuravam, angustiadamente, tomadores para os empréstimos que tinham necessidade de fazer? Onde estarão eles agora, quando chegou ao fim a trágica aventura?

